

20 MAR 2013

GAZETA DO POVO

» VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Lei Maria da Penha originou 677 mil ações em sete anos

! A Justiça brasileira recebeu 677.087 ações e procedimentos, como inquéritos, ações penais e medidas protetivas, relacionadas à violência contra a mulher, desde 2006, quando passou a valer a Lei Maria da Penha. Os dados foram divulgados ontem pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Sancionada em 2006 para combater a violência doméstica, a lei prevê medidas protetivas, como impedir o companheiro de chegar perto da mulher e até mesmo prisão se houver risco para a vítima.

Segundo os números do conselho, do total, 280.062 foram pedidos de medidas protetivas, como suspensão da posse ou restrição do porte de armas, encaminhamento a programa oficial ou comunitário, afastamento do lar, domicílio ou local de convivência.

O maior número de procedimentos se concentra no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Distrito Federal. O documento aponta que "São Paulo apresenta um número relativamente reduzido de procedimentos, embora constitua um dos maiores tribunais do Brasil". São 2.550 ações penais. No Rio, são 16.179.

Varas

De acordo com o conselho, levantamento realizado em todos os tribunais mostra que há necessidade de ampliação das varas exclusivamente voltadas para a proteção da mulher. Atualmente, há 54 varas especializadas. Para o CNJ, seriam necessárias 120 novas varas especializadas no país.

GAZETA DO POVO

LARISSA RAMINA

LOUISE ROCHA RAYMUNDO

A vulnerabilidade da mulher no século 21

20 MAR 2013

No mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, é preciso também alertar que, em pleno século 21, a histórica vulnerabilidade da mulher persiste com contornos alarmantes, e na forma mais primitiva que se possa imaginar: a da escravidão sexual. Situações de tráfico de pessoas e trabalho escravo não remetem a um passado distante, casos isolados de violações em lugares remotos e um problema superado pela humanidade. Ao contrário: trata-se de questão que figura como tema central na agenda política internacional.

Atualmente, o tráfico de pessoas é uma das atividades mais lucrativas do crime organizado no mundo, sendo a terceira mais rentável atividade desse tipo de crime transnacional, ficando atrás somente do tráfico de drogas e de armas. O tráfico de mulheres para exploração sexual figura como espécie do tráfico de pessoas. Estima-se que, da totalidade de vítimas do tráfico de pessoas, quase a metade seja subjugada para exploração sexual, a qual inclui turismo sexual, prostituição forçada, escravidão sexual e casamento forçado. Entre as principais vítimas estão as mulheres.

No Brasil, o tráfico de mulheres não era considerado um problema relevante até que pesquisas incluíram o país nas rotas internacionais de tráfico de seres humanos e exploração sexual, evidenciando também a existência de rotas nacionais por todo o território.

Na seara das dificuldades conceituais em torno do crime de tráfico sexual de mulheres, um dos pontos mais complexos é o consentimento das vítimas ou seu grau de vitimização. É comum pensar que existe distinção entre a mulher que escolhe por um trabalho na indústria do sexo e outra que é forçada a isso. Em termos práticos, porém, é difícil avaliar qual

é o grau de vontade própria do sujeito. Ainda que a pessoa tenha consentido com atividades relacionadas à indústria do sexo, indaga-se se ela teria se sujeitado à situação de exploração na qual foi inserida. De mais a mais, ainda que houvesse o referido consentimento à exploração, não parece razoável entender que a vítima poderia dispor de seus direitos fundamentais. Logo, o consentimento dado pela mulher deve ser considerado como irrelevante para a configuração do tráfico, pois ninguém pode escolher voluntariamente ser traficada, explorada ou escravizada. Além dos fatos já expostos, há pesquisas que salientam o fato de que as mulheres e adolescentes em situação de tráfico sexual comumente já sofreram algum tipo de violência intrafamiliar ou extrafamiliar como abuso sexual, estupro, abandono, negligência, maus tratos ou outros tipos de violência em escolas, abrigos ou outros.

Por outro lado, a pobreza é um dos principais fatores da vulnerabilidade a qualquer tipo de exploração. No caso do tráfico de mulheres, esse fato adquire um valor particular, uma vez que muitos estudos concordam que a pobreza no mundo é mais recorrente em mulheres, e inclusive atribuem a esse fenômeno o nome de "feminilização da pobreza".

O século 21 vê-se diante de um velho problema, que ressurgiu com novos contornos, porém caracterizado pelas mesmas violações aos direitos humanos. O tráfico de mulheres para exploração sexual é um fenômeno impulsionado pela globalização, expressão da escravidão moderna e que ascende como nova modalidade do crime organizado internacional. É alarmante saber que pesquisas apontam para a existência, hoje, de mais mulheres escravizadas sexualmente que em qualquer outro período da história.

Larissa Ramina é doutora em Direito Internacional pela USP; Louise Rocha Raymundo é graduada em Direito pela Unicuritiba.

20 MAR 2013

GAZETA DO POVO

SEGUNDA VOTAÇÃO

Proposta que muda eleição para cúpula do TJ é aprovada

Por unanimidade, a Assembleia Legislativa aprovou ontem, em segunda discussão, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera a forma de eleição para o comando do Tribunal de Justiça (TJ). De acordo com o projeto da Mesa Executiva da Casa, apresentado em abril do ano passado, qualquer um dos 120 desembargadores poderá concorrer à presidência do TJ. Hoje, apenas os 25 integrantes do Órgão Especial do tribunal são potenciais candidatos. Um grupo de 95 desembargadores enviou à Mesa da Casa um documento em que manifesta apoio à PEC. Hoje a proposta será votada em redação final e, se aprovada, será promulgada pela Mesa Diretora da Assembleia.

20 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Joaquim Barbosa

acusa advogados e juizes de agirem em “conluio”

“Há muitos [juizes] para colocar pra fora. Esse conluio entre juizes e advogados é o que há de mais pernicioso. Nós sabemos que há decisões graciosas, condescendentes, fora das regras.”

Joaquim Barbosa, presidente do STF.

Para presidente do Supremo, alianças entre magistrados e advogados seriam a origem de casos de corrupção no sistema judiciário do país

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, criticou ontem duramente as ligações de juizes com advogados. Para ele, as alianças veladas entre magistrados e advogados seriam a origem de casos de corrupção e se constituem num dos aspectos mais nocivos da Justiça brasileira. O presidente fez a declaração durante o julgamento do juiz João Borges de Souza Filho, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O juiz de Picos, no Piauí, foi acusado de favorecer advogados em alguns processos.

“Há muitos [juizes] para colocar pra fora. Esse conluio entre juizes e advogados é o que há de mais pernicioso. Nós sabemos que há decisões graciosas, condescendentes, fora das regras”, afirmou Barbosa. O presidente do CNJ deu a declaração ao debater sobre o caso do Piauí com o relator do processo, o desembargador Tourinho Neto, do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.

Após um longo embate entre Tourinho Neto e Barbosa, o entendimento do presidente do STF acabou prevalecendo. A maioria dos conselheiros presentes à sessão votaram pela aposentadoria compulsoria do juiz. Tourinho foi o único a votar contra a punição. O desembargador disse não ver problema em um juiz receber advogados de processos em que estão atuando.

Ele disse que já bebeu cerveja e uísque com advogados e nem por isso comprometeu suas decisões como juiz. “Eu atendo o advogado de ‘A’ e depois o de ‘B’”,

disse Tourinho. “Isso está errado”, respondeu Barbosa.

Tourinho também criticou o suposto excesso de zelo de juizes que, para evitar denúncias de favorecimento, instalam câmeras nos gabinetes e atendem advogados das duas partes de um determinado processo ao mesmo tempo. Em meio ao debate, o desembargador insinuou que, em alguns casos, juizes influentes não são punidos por erros que cometem. “Tem juiz que viaja para o exterior com festa paga por advogado e aí não acontece nada”, afirmou o desembargador, que ontem participou de sua última sessão como conselheiro do CNJ.

CONTINUA

20 MAR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Polêmica

Recentemente, Joaquim Barbosa envolveu-se em uma polêmica com associações representativas de juízes. O problema ocorreu após o presidente do STF ter concedido uma entrevista a jornalistas correspondentes estrangeiros na qual atribuiu a magistrados brasileiros mentalidade mais conservadora, pró-impunidade.

Entidades representativas de magistrados reagiram. Num nota oficial, afirmaram que não admitem que sejam lançadas dúvidas genéricas sobre a lisura e a integridade dos magistrados brasileiros. “Causa perplexidade aos juízes brasileiros a forma preconceituosa, generalista, superficial e, sobretudo, desrespeitosa com que o ministro Joaquim Barbosa enxerga os membros do Poder Judiciário brasileiro”, afirmaram as associações na nota.

20 MAR 2013

GAZETA DO POVO

ENTRELINHAS

Adoção Consciente

No próximo sábado, das 15 às 17 horas, o Grupo de Apoio Adoção Consciente promove a palestra com a médica pediatra Ana Maria Silva de Aquino, com o tema "O que você pode fazer pelo desenvolvimento do seu filho". O encontro será na sede da Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná (Rua XV de Novembro, 964 – 4º andar, em frente ao Guairinha). A entrada é franca, mas para colaborar com o lanche os participantes poderão trazer biscoitos ou refrigerantes. Mais informações pelo telefone 3353-7895.

BESSA

A professora e escritora Chloris Casagrande Justen toma posse hoje como presidente da Academia Paranaense de Letras, às 19h30, no Salão Azul do Clube Curitiba.

COLUNA DO LEITOR

TRF

Ao comemorarmos a aprovação pela Câmara dos Deputados da PEC 544, que cria o TRF no Paraná, gostaríamos de registrar a importância do apoio que esse pleito vem recebendo da **Gazeta do Povo**, sempre oferecendo ampla divulgação e ajudando a motivar e mobilizar a sociedade. Essa aprovação, fruto da unidade das principais lideranças do Paraná, representa uma quebra de paradigma no estado, sepultando de vez a autofagia que sempre nos caracterizou.

Marcos Domakoski, ex-presidente da ACP

PALESTRA

Encontro para uma adoção consciente

- **DATA:** 23 de março (às 15 horas).
- **TEMA DO MÊS:** "O que você pode fazer pelo desenvolvimento do seu filho."
- **PALESTRANTE:** Ana Maria da Silva de Aquino.
- **LOCAL:** Fempar – Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná. Rua XV de Novembro, 964 – 4º andar (em frente ao Guairinha).
- **INFORMAÇÕES:** (41) 3353-7895.

R\$ 10 MILHÕES

é o valor pedido na Justiça pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo como indenização por danos morais coletivos devido ao desalojamento de 1,6 mil famílias que viviam no bairro Pinheirinho, em São José dos Campos (SP). Em janeiro de 2012, quase 8 mil pessoas que moravam em um terreno foram retiradas por policiais militares.

Ministro defende regime diferenciado para construção de presídios

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, defendeu a flexibilização de licitações para a construção de presídios com a adoção do Regime Diferenciado de Contratações (RDC). A proposta, segundo ele, está em estudo pelo governo federal. "O RDC é um bom sistema, tem registrado preços melhores e dá agilidade", afirmou, destacando que alguns estados vêm tendo dificuldade com a burocracia para a construção de unidades prisionais. O RDC é um modelo simplificado de concorrência que foi implementado para acelerar obras da Copa do Mundo e da Olimpíada e já foi estendido para projetos do PAC e construção de escolas.

20 MAR 2013

GAZETA DO POVO

CCJ aprova redação final de proposta que cria TRF no Paraná

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados deu ontem parecer favorável à redação final da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 544/02 do Senado, que cria um Tribunal Regional Federal (TRF) no Paraná e em mais três estados: Minas Gerais, Bahia e Amazonas. O texto que foi aprovado pelo plenário da Câmara em primeira votação na semana passada, segue agora para votação em segundo turno.

Segundo o deputado Eduardo Sciarra (PSD-PR), relator da matéria, a previsão é de que o projeto vá a votação na primeira quinzena de abril. “Na primeira votação, o governo liberou a bancada. Vamos ver como se comporta agora. Estou confiante, mas temos de conduzir esse processo com cuidado”, afirmou. O texto já foi aprovado pelo Senado. Por isso, se passar sem alterações na Câmara, segue para promulgação.

Reivindicação

A criação de um TRF no Paraná é uma reivindicação antiga de lideranças locais. Atualmente, os processos do estado relativos à Justiça federal que tramitam em segunda instância são remetidos ao TRF da 4.ª Região, com sede em Porto Alegre (RS).

20 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Parecer contra o bafômetro abala o rigor da Lei Seca

Procurador-geral da República diz que não pode haver punição ao motorista que se recusar a soprar o etilômetro. Polícia defende aplicação de sanções

■ O parecer da Procuradoria-Geral da República contra o artigo que prevê punições administrativas ao motorista que se negar a fazer o teste do bafômetro foi uma ducha de água fria em meio à euforia gerada pela atualização da Lei Seca. A nova lei, que entrou em vigor no fim de 2012, instituiu a tolerância zero, endureceu o valor de multas e autorizou o uso de testemunhas e imagens para comprovar embriaguez ao volante. Agora, as autoridades de trânsito temem um retrocesso no rigor da lei.

No despacho, o procurador-geral Roberto Gurgel sustenta que as sanções são inconstitucionais, porque não pode haver punição contra alguém que se nega a criar prova contra si. O parecer foi solicitado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que analisa a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) n.º 4.103, de 2008, impetrada pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) contra a Lei Seca. Hoje, o motorista está sujeito à multa de

R\$ 1.915,40, retenção da carteira de habilitação e recolhimento do veículo.

A Associação Nacional dos Departamentos de Trânsito (AND) argumenta que a garantia do direito individual da presunção da inocência, na qual se baseia Gurgel, não pode se sobrepor aos direitos coletivos da sociedade. “As estatísticas demonstram que justamente os dispositivos da Lei Seca questionados pela Adin reduziram o número de acidentes e de seqüelados em nosso país, que atingem mais de 40 mil mortes e cerca de 200 mil feridos a cada ano”, diz, em nota, a AND. De acordo com a entidade, que representa os 27 Detrans do país, a intensificação da fiscalização de trânsito e ações educativas com o uso do bafômetro resultaram em uma diminuição substancial da violência no trânsito.

Importância

Nos primeiros dois meses deste ano, o Batalhão de Polícia de Trânsito (BPtran) registrou aumento de 1.327% no número de testes de bafômetro realizados em relação ao mesmo período de 2012. Em Curitiba, neste período, houve uma queda de 10% no número de acidentes dentro da cidade, um indício consistente, de acordo com especialistas, da importância do etilômetro nas fiscalizações.

Para o comandante do BPTran, o tenente-coronel Valterlei de Mattos, o bafômetro é um aliado de quem não está embriagado. “Temos que pensar mais no objetivo maior da lei, que é preservar a vida. Se não bebeu, não tem motivo para não fazer o teste.” O coordenador de operações do Batalhão da Polícia Rodoviária Estadual (BPRv), capitão Cristiano Carrijo Gonçalves Mota, diz que o país está consolidando uma mudança cultural no trânsito. “Nós viemos de um período de falta de punições e agora estamos construindo uma nova cultura. A punição é uma maneira de forçar essa mudança.”

INFRAÇÃO

A multa para quem é flagrado dirigindo alcoolizado ou sob efeito de outra substância psicoativa é de R\$ 1.915,40. A pena é a mesma para quem se recusa a fazer o teste do bafômetro. O veículo e a habilitação são retidos também. Pela lei, qualquer concentração de álcool no sangue ou ar alveolar já caracteriza uma infração. Casos de concentração igual ou superior a seis decigramas por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama por litro de ar alveolar estão sujeitos à detenção de seis meses a três anos, além de multa e suspensão ou proibição de condução.

CONTINUA

O uso do bafômetro é hoje o principal instrumento de fiscalização de embriaguez ao volante. Com a nova Lei Seca, o número de testes cresceu no estado. Acompanhe:

20 MAR 2013

Estradas do Paraná

Batalhão de Polícia Rodoviária BPRv

São **12,2** mil km de estradas fiscalizadas

	Antes da nova Lei Seca 1º out a 20 dez de 2012	Depois da nova Lei Seca Entre o dia 21/dez /2012 a 21/fev/13	Variação (%)**
Exames de bafômetro	19.800	45.350	+199
Autuações no local	81	174	+181
Prisões	37	88	+211

	2012*	2013*	Variação
Acidentes	1.864	1.676	-10
Feridos	1.557	1.230	-21
Mortes	108	95	-12

Curitiba (Urbano)

Batalhão de Polícia de Trânsito de Curitiba

Frota de Curitiba **1,3** milhão em 2013

	2012*	2013*	Variação (%)
Exames de bafômetro	97	1.384	+1.327
Autuações no local	211	355	+68
Prisões	52	125	+140

Acidentes sem vítimas	373	278	-25
Acidentes com vítimas	812	789	-3
Feridos	1.002	927	-7
Mortes no local do acidente	12	12	0

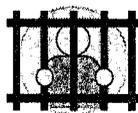
*Acidentes registrados em janeiro e fevereiro de 2013

** Variação calculada a partir da média mensal de cada período



As autuações

ocorrem quando o bafômetro marca 0,3 miligrama por litro de ar alveolar.



As prisões

ocorrem quando o bafômetro marcar igual ou mais de 0,3 miligrama por litro de ar alveolar.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

Juristas são contra as sanções previstas

Apesar de se declararem a favor do bafômetro nas fiscalizações, advogados concordam com o entendimento jurídico da Procuradoria-Geral da República (PGR). Para o vice-presidente do Instituto Brasileiro de Ciência do Trânsito e Transporte, advogado José Almeida Sobrinho, as sanções administrativas ferem o princípio de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo. “O

que poderia ser feito é uma mudança na lei para que se possa considerar a embriaguez presumida quando o motorista recusar o bafômetro”, opina.

Para o presidente da Academia Brasileira de Direito Constitucional, Flávio Pansieri, a lei que previu a punição para o motorista que se nega a soprar o etilômetro é um erro. “Não existe o hábito no Congresso Nacional de

se pensar na constitucionalidade dos dispositivos.” Por isso, segundo ele, a PGR cumpriu com seu dever. “Ela não pode permanecer em silêncio”, afirma.

“O parecer da PGR não desqualifica a Lei Seca. As mudanças atuais vieram para ajustar os instrumentos de prova e superar essas discussões. A postura do procurador é prudente e não midiática”, concorda o advogado especialista em trânsito, Marcelo Araújo. Segundo ele, a previsão legal de outros meios de prova na nova Lei Seca pode fazer com que este dispositivo deixe de ser analisado pelo STF.

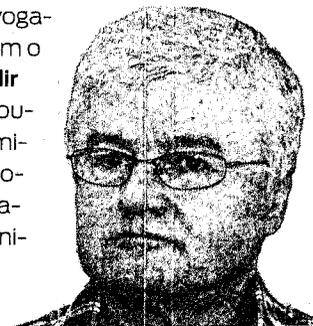
20 MAR 2013

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

(Des)aposentadoria

Menos de dois meses depois de aposentar Regina Pessuti, ex-primeira-dama do estado, a Assembleia Legislativa do Paraná voltou atrás na decisão. Conforme publicação em Diário Oficial do último dia 30 de janeiro, ela foi aposentada do cargo de consultor jurídico depois de 32 anos e quatro meses de serviço, com um benefício de R\$ 10,2 mil. O diário da última segunda-feira, porém, anunciou a revogação do ato. De acordo com o presidente da Casa, **Valdir Rossoni (PSDB, foto)**, houve irregularidades na tramitação do processo de aposentadoria da ex-primeira-dama, que agora será reiniciado.



Aliás...

O Diário Oficial da última segunda-feira também traz a nomeação dos quatro servidores que integram a comissão especial para analisar um ato da direção da Assembleia que beneficiou servidores do Legislativo em 2004 e 2005. A medida, que já está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF), teria reequadrado servidores de forma irregular. Segundo Rossoni, a ideia é realizar um concurso público após a conclusão dos trabalhos da comissão.

Maluf investigado

O STF abriu um inquérito para investigar se o deputado Paulo Maluf (PP-SP) cometeu crime de caixa dois nas eleições de 2010. Ele foi denunciado pelo Ministério Público com base na rejeição das suas contas de campanha pelo TRE de São Paulo. A Justiça Eleitoral aponta indícios de que, em 2010, a Eucatex S.A., empresa de familiares de Maluf, pagou despesas não declaradas do deputado no valor de R\$ 168,6 mil.

MCDONALD'S

Liminar obriga Arcos Dourados a regularizar jornada de funcionários

IUma decisão da juíza Virgínia Lúcia de Sá Bahia, da 11ª Vara do Trabalho do Recife, estendida a todo o país a pedido do Ministério Público do Trabalho de Pernambuco, determinou que a Arcos Dourados, que representa a marca McDonald's no Brasil, regularize a jornada de trabalho de seus 42 mil trabalhadores de 600 lanchonetes do país, e pediu indenização de R\$ 50 milhões por dano moral coletivo. Segundo a Procuradoria, o modelo adotado pelo McDonald's deixava a critério do empregador quando cada um da equipe deveria entrar e sair, o que interferia na remuneração mensal e também na organização pessoal dos funcionários. Na quinta-feira, MPT e McDonald's se reunirão em Recife para discutir um acordo, antes da audiência judicial no mesmo dia. Em nota, a empresa diz que "tem plena convicção da legalidade das práticas laborais adotadas" e colabora com o MPT.

20 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Pinga-fogo

"Vou votar no Fabio [Camargo para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado]. Vamos ganhar a eleição com certeza."



Mauro Moraes (PSDB), deputado estadual, anunciando seu voto para a cadeira que será aberta com a aposentadoria de Hermas Brandão daqui a algumas semanas. Além de Camargo, o também deputado Plauto Miró (DEM) deve disputar a vaga.

20 MAR 2013

GAZETA DO POVO

» IMPROBIDADE

Deputados ameaçam limitar poder do Supremo

! A decisão provisória do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender a lei que muda a divisão dos royalties do petróleo gerou protestos no Congresso ontem. Parlamentares de estados não produtores de petróleo se uniram para criticar a liminar da ministra Cármen Lúcia.

Em meio a discursos inflamados, surgiu até a ameaça de criar uma proposta para alterar a Constituição e limitar as decisões provisórias dos ministros do Supremo, quando forem tratadas questões federativas. "O que é preciso deixar claro para o país é que a Câmara pensa de uma forma diferente. A Câmara não se impõe e fica diminuída", disse o líder do PT na Câmara, José Guimarães (CE). O líder do PDT, André Figueiredo (CE), afirmou estar preocupado com as decisões monocráticas que alguns ministros do STF tomam numa certa afronta à decisão do Legislativo.

Cobrado a emitir uma opinião, o presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN), preferiu não polemizar. Ele defendeu que o Congresso aguarde a decisão final do STF.

"A Câmara não se impõe e fica diminuída."

José Guimarães (PT-CE), deputado federal.

MP propõe ação contra ex-prefeito de Foz do Iguaçu

! O Ministério Público do Paraná propôs no início da semana uma ação civil pública contra o ex-prefeito de Foz do Iguaçu Paulo Mac Donald Ghisi, acusado de improbidade administrativa e enriquecimento ilícito. Além dele, outras quatro pessoas também foram citadas na ação.

Segundo a denúncia, entre 2005 e 2006, o ex-prefeito teria realizado contratações indevidas através de parcerias com o Centro Integrado e Apoio Profissional (Ciap), uma Oscip sediada no município de Londrina. Foram contratados médicos, agentes de saúde e atendentes de creches. A ação aponta que "além de repassar os recursos para o pagamento dos salários e encargos dos funcionários, o município de Foz do Iguaçu pagava à Oscip Ciap valores a título de 'despesas administrativas'". Segundo o MP, as parcerias culminaram no desvio de R\$ 941,6 mil.

Mac Donald disse não ter sido comunicado oficialmente da ação, mas justifica as irregularidades apontadas como medidas necessárias. "Não teria como abrir as creches sem atendentes, o mesmo com os postos. Era preciso fazer concurso e isso ia demandar muito tempo, a população ficaria sem os serviços", diz.

CORREÇÃO

Inativos e pensionistas não serão taxados

! O governo do Paraná esclareceu ontem que os funcionários públicos aposentados e pensionistas continuarão isentos da contribuição previdenciária. Reportagem da **Gazeta do Povo** de ontem informou erroneamente que os servidores inativos e pensionistas que recebem acima do teto do INSS (R\$ 3,9 mil) passariam a ser taxados. Antes da aprovação do novo plano de custeio da ParanaPrevidência, houve uma discussão nesse sentido, mas o governo acabou recuando. A assessoria do governo afirma ainda que não há rombo na ParanaPrevidência, e sim um déficit atuarial que pode comprometer o pagamento de aposentadorias no longo prazo. Ainda de acordo com a assessoria, a reformulação do plano de custeio já está em vigor. O aumento da alíquota só ocorrerá a partir de abril porque a legislação prevê o prazo de 90 dias, após a publicação da lei, para o reajuste.

20 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Beira-Mar estuda Teologia em presídio federal do Paraná

Traficante carioca foi aprovado no mês passado em vestibular da Faculdade Teológica Batista do Paraná. Ele faz o curso a distância.

O traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, que atualmente cumpre pena na Penitenciária Federal de Catanduvas, Oeste do Paraná, iniciou um curso a distância de Teologia. Ele já recebeu a primeira apostila do curso, com duração de 3.180 horas. As matérias são aplicadas pela Faculdade Teológica Batista do Paraná (FTBP).

Recentemente, durante um culto na penitenciária, ministrado pelo capelão carcerário e pastor Luiz Magalhães, da Igreja Batista do Bacacheri, em Curitiba, Beira-Mar demonstrou interesse pelos estudos na área. Foi o próprio capelão quem apresentou o tema ao presidiário.

No final de fevereiro, Beira-Mar prestou o vestibular dentro da cela, foi aprovado e fez a matrícula. Todo o processo teve acompanhamento judicial. A mensali-

dade do curso, de R\$ 242, é totalmente paga pela Igreja Batista do Bacacheri.

O diretor da Faculdade Batista, Jaziel Guerreiro Martins, afirma acreditar que está havendo uma mudança na vida de Beira-Mar. Para ele, o fato de o traficante ter admitido crimes durante o julgamento da semana passada é uma demonstração de mudança de comportamento. Durante o júri no Rio de Janeiro, Beira-Mar revelou que estava cursando Teologia, disse que sofria muito e queria pagar o que deve à Justiça. "É quase impossível alguém como ele fazer uma declaração desta se não estiver motivado por uma mudança", frisa Martins.

Em e-mail enviado para alunos e professores da Faculdade Batista, o diretor da instituição afirma que, após sair da prisão, Beira-Mar poderá pregar e agradecer a oportunidade de ter conhecido Cristo por meio da faculdade na unidade prisional. "Não podemos ter plena certeza se é algo sincero ou não. Mas estamos fazendo a nossa parte", afirmou Martins no e-mail.

Direito ao estudo

O Ministério da Justiça informou que todos os presos têm direito ao acesso à educação conforme prevê a Constituição Federal e a Lei de Execuções Penais. Além de Beira-Mar, outro preso que cumpre pena em Catanduvas faz o curso superior a distância e dez detentos cursam o ensino médio. Atualmente 116 presos de diferentes partes do país estão recolhidos na penitenciária do Paraná.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CONVERSÃO

20 MAR 2013

Traficante não perde cultos em penitenciária

Fernandinho Beira-Mar não perde um culto sequer na Penitenciária Federal de Catanduvas, no Oeste do Paraná, onde cumpre suas condenações que chegam a 200 anos de reclusão. Os presos não são obrigados a participar das celebrações religiosas, mas, conforme o pastor Luís Carlos de Magalhães, da Pastoral Carcerária Batista, a grande maioria dos 116 presos recolhidos na unidade prisional participa dos cultos.

O capelão faz questão de frisar que o fato de Beira-Mar estar estudando teologia não significa que ele será pastor. "Para ser pastor tem que ser ordenado por uma igreja. Ele pode ser teólogo (após concluir o curso), mas não quer dizer que ele será pastor", afirma. Sobre uma possível conversão do traficante, o pastor diz que somente Deus conhece o coração do homem. "Eu fui chamado para crer, não fui chamado para condenar."

Nas celebrações, os presos cantam duas músicas religiosas. Depois, é compartilhado um texto bíblico com mensagens de fé. São várias celebrações durante o dia, já que os cultos são feitos em grupos de cinco ou seis pessoas.

Ao pastor, Beira-Mar disse que crê em Deus, mas tinha dúvidas sobre a fé. "Eu falei o seguinte: se a tua dúvida é verdadeira, Deus vai ter prazer em saber que você está duvidando."

20 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Barbosa aponta 'conluio' entre juizes e advogados

Presidente do STF ataca magistrado que recebe a defesa
sem a parte contrária

**Tourinho Neto
contestou Barbosa e
disse que relação entre
juiz e advogado nem
sempre é interesseira**

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, atacou ontem o que chamou de "conluio entre juizes e advogados" e afirmou que essa situação revela o que existe de mais "pernicioso" na Justiça brasileira.

Barbosa fez as declarações em uma sessão no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que decidiu aposentar um juiz do Piauí acusado de beneficiar advogados: "Há muitos [juizes] para colocar para fora. Esse conluio entre juizes e advogados é o que há de mais pernicioso. Nós sabemos que há decisões graciosas, condescendentes, absolutamente fora das regras", afirmou.

Barbosa disse que é preciso ter transparência nas reuniões: "Não há nada demais juiz receber advogado, mas o que custa trazer a parte contrária ao advogado? É a recusa, a falta dessa notificação, da transparência que faz o mal-estar". Para o presidente do STF, essa prática garante "igualdade de armas".

CRÍTICAS

Oriundo do Ministério Público Federal, Joaquim Barbosa é conhecido por ser crítico da proximidade entre juizes e advogados e já teve vários embates com a defesa, principalmente no caso do julgamento do mensalão.

No STF desde 2003, ele diz que só discute um caso com a defesa se todas as partes estiverem no mesmo encontro. Outros ministros adotam metodologia diferente e recebem advogados de uma só parte.

A previsão para que juizes e ministros recebam advogados está na Lei Orgânica da Magistratura e no Estatuto da Advocacia. A Lei da Magistratura diz que os juizes precisam tratá-los com urbanidade e atendê-los quando se trata de uma providência que reclame solução de urgência.

Já o estatuto aponta que é um direito do advogado dirigir-se aos magistrados nas salas e gabinetes, independente do horário marcado.

CONTRAPONTO

Único a votar contra a aposentadoria do juiz do Piauí na reunião do CNJ, o conselheiro Tourinho Neto fez o contraponto a Barbosa durante o debate. Desembargador da 1ª Região, Tourinho disse que não é possível inferir que toda relação de juiz e advogado é sempre interesseira.

"Juiz não pode ter amizade nenhuma com advogado? Isso é uma excrescência. [...] Fui juiz do interior da Bahia, tomava uísque na casa de um, tomava cerveja na casa de outro, e isso nunca me influenciou", disse. Tourinho, que há pouco foi criticado por mandar soltar o empresário Carlos Cachoeira, disse que é preciso separar as relações.

Tourinho lembrou —mas sem citar o nome do ministro envolvido— a viagem do ministro do Supremo José Antonio Dias Toffoli à Itália para o casamento de um amigo criminalista, o advogado Roberto Podval, em 2011: "Tem juiz que viaja para o exterior com festa paga por advogado, e aí nada acontece".

Ele comentou a sugestão de Barbosa de colocar juizes "para fora": "Se for colocar juiz analfabeto para fora, tem que botar muita gente, inclusive de tribunais superiores".

O desembargador respondeu ainda às críticas de Barbosa e disse que ele era "mais duro que o diabo". Tourinho afirmou ainda que os juizes estavam acovardados enquanto Barbosa gozava da notoriedade obtida com a relatoria do processo do mensalão: "Quem sabe não será o próximo presidente da República?"

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

EMBATE JURÍDICO

Ataques de Joaquim Barbosa a juízes e advogados

20 MAR 2013

GUILDA DOS DEFENSORES

No julgamento do mensalão, Barbosa se indispsôs com advogados que diziam que ele buscava "reconhecimento social" e pediam sua exclusão do processo



Alan Marques/Folhapress

“Cada país tem o modelo e o tipo de Justiça que merece. Justiça que se deixa agredir, ameaçar por determinadas guildas [se referindo à advocacia]

Em 15.ago.2012

ATUAÇÃO DA FAMÍLIA

Barbosa se declarou contra a atuação como advogados de parentes das autoridades do Poder Judiciário nos tribunais em que estes trabalham



Lula Marques/Folhapress

“Esses filhos, esposas, sobrinhos de juízes são muito acionados pelos seus clientes pelo fato de serem parentes, não é pela qualidade técnica do seu trabalho

Em 20.dez.2012

EVENTOS DE JUÍZES

Queria proibir o patrocínio de empresas a eventos de juízes, mas não obteve apoio suficiente no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e acabou propondo apenas restrições parciais



Gláucio Dettmar/Agência CNJ

“[Medida] É uma tentativa de segregar o Judiciário dessas relações duvidosas, senão promiscuas, com o empreendimento privado. [Mas] A minha posição é a proibição total

Em 19.fev.2013

IMPUNIDADE PENAL

Em entrevista a jornalistas estrangeiros, afirmou que os magistrados brasileiros possuem uma mentalidade “pró impunidade”



Gervasio Baptista/SCO/STF

“[A mentalidade dos juízes] é mais conservadora, pró status quo, pró impunidade

Em 28.fev.2013

CONLUIO NO JUDICIÁRIO

A declaração foi feita durante reunião do CNJ na qual os conselheiros decidiram aposentar um juiz do Piauí acusado de relação indevida com advogados



Gláucio Dettmar/Agência CNJ

“Esse conluio entre juízes e advogados é o que há de mais pernicioso. Nós sabemos que há decisões absolutamente fora das regras

Ontem

20 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Associações de juízes contestam declarações do presidente do STF

As associações de juízes do país rebateram as declarações de Joaquim Barbosa afirmando que as relações de amizade entre magistrados e advogados em geral não prejudicam a imparcialidade.

Nino Toldo, presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil, disse que “os códigos de ética da magistratura não proíbem a amizade com advogados. O juiz não faz voto de isolamento social. É um exagero superdimensionar as situações pontuais”.

Para o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Renato Sant’Anna, “esse tipo de acusação genérica não é compatível com um membro do Judiciário. Se existe irregularidade, é preciso apontar quem, onde e quando”.

Henrique Calandra, presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, disse que “o comportamento dos juízes é reto e os casos que chegam ao CNJ são exceções”.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinícius Furtado, disse que o órgão “está à disposição do ministro Joaquim Barbosa caso queira denunciar algum caso de lobby”.

20 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Cautela suprema

Diante das incertezas envolvidas e das cifras em disputa, não há como deixar de reconhecer o bom-senso da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, ao suspender, em caráter provisório, os efeitos da lei que alterou a divisão dos royalties do petróleo entre Estados e municípios brasileiros.

A decisão foi tomada em ação proposta pelo governo do Rio de Janeiro, que considera inconstitucionais as regras aprovadas pelo Congresso Nacional. Até que o plenário do STF examine a questão — o que deve ocorrer em abril —, continua valendo a lei antiga.

Embora o líder do PT na Câmara dos Deputados, José Guimarães (CE), tenha dito que a sentença “deixou todo mundo tonto”, não há surpresa na determinação da ministra. Ela nada mais fez que aplicar ao caso concreto o princípio por trás das medidas liminares: evitar um dano irreparável ou de difícil reparação.

O risco de prejuízo é evidente. A nova fórmula de rateio dos royalties diminui, já em 2013, a receita de Estados e municípios produtores de petróleo — a fatia a que têm direito é reduzida, respectivamente, de 26,25% para 20%, e de 26,25% para 15%.

Em valores absolutos, o impacto imediato da mudança para o Esta-

do do Rio de Janeiro chegaria a R\$ 1,6 bilhão, segundo o governador Sérgio Cabral. Espírito Santo e São Paulo também sairiam prejudicados, mas em proporções menores.

Seria um despropósito se esses três Estados e os municípios produtores de petróleo se vissem obrigados a abrir mão de parte de suas receitas antes de a nova lei dos royalties ter sua constitucionalidade examinada. É sem dúvida mais prudente aguardar a decisão definitiva do Supremo — que tem diante de si uma questão delicada.

Os parlamentares aprovaram a mudança das regras mesmo para áreas petrolíferas já licitadas, não só para contratos futuros, como seria o ideal. Afetaram, assim, a legítima expectativa de diversos Estados e municípios. O desequilíbrio da norma, contudo, não basta para torná-la inconstitucional.

Caberá ao plenário do Supremo dizer se a nova lei viola princípios constitucionais, como o direito adquirido (por atingir contratos em vigor) ou a segurança jurídica (por comprometer receitas previstas).

Seja como for, o STF precisa decidir o quanto antes e da forma mais transparente possível. Prolongar o cenário de incertezas é ruim, mas passar a impressão de que o Judiciário tomou algum partido que não o da Carta seria ainda pior.

20 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Ministra diz que Estados corriam risco sem royalties

Cármem Lúcia defende urgência para
suspender nova divisão de recursos

**Ministra afirma que
não podia esperar pelo
plenário do tribunal
para atender a pedido
de Estados produtores**

DE BRASÍLIA

A ministra Cármem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que decidiu suspender a lei da nova divisão dos royalties do petróleo porque os Estados corriam risco financeiro.

Anteontem, a ministra determinou por conta própria — em vez de aguardar análise do plenário — a suspensão da lei que muda a divisão dos recursos, atendendo aos Estados produtores de petróleo.

Rio e Espírito Santo são os dois principais produtores e perdem bilhões de reais com a mudança. Por isso recorreram ao STF contra a lei, que consideraram inconstitucional.

A decisão dela irá prevalecer até que o tribunal se reúna para examinar o caso, o que deve ocorrer em abril.

No STF não é comum uma

decisão provisória (liminar) concedida individualmente em ações que questionam a constitucionalidade de uma lei. Normalmente, o relator deixa para o plenário avaliar.

“Os royalties são distribuídos mensalmente. Então, na virada do mês eles [Estados] têm que saber qual é a regra que vale. Essa é a razão. A urgência qualificada era essa. Só isso”, disse a ministra.

Ela reconheceu que o ideal era submeter o caso ao plenário, mas disse que não era possível esperar. “Nesses sete anos, numa única ocasião me aconteceu isso”, afirmou.

A lei dos royalties, suspensa pela ministra, foi promulgada na semana passada, após a derrubada do veto da presidente Dilma Rousseff.

O novo modelo transfere recursos de Estados e municípios produtores para os que não produzem petróleo, distribuindo as receitas de maneira mais igualitária.

Pela regra atual, os grandes Estados produtores ficam com 26,25% dos royalties. Com a mudança, ficariam com 20%.

20 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Deputados ameaçam retaliação contra STF

A decisão provisória do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender a lei que muda a divisão dos royalties do petróleo gerou protestos no Congresso Nacional.

Integrantes da base aliada do governo e da oposição dos Estados não produtores de petróleo se uniram para criticar a liminar proferida pela ministra Cármen Lúcia.

Em meio a discursos inflamados, surgiu até a ameaça de criar uma proposta para

alterar a Constituição e limitar as decisões provisórias dos ministros do Supremo, quando forem tratadas questões federativas.

“O que é preciso deixar claro para o país é que a Câmara pensa de uma forma diferente. A Câmara tomou uma decisão democrática. A Câmara não se impõe e fica diminuída”, disse o líder do PT na Câmara dos Deputados, José Guimarães (CE).

O líder do PDT, André Figueiredo (CE), afirmou estar preocupado “com as decisões

monocráticas que alguns ministros do Supremo tomam numa certa afronta à decisão do Legislativo”.

Para o presidente do DEM, senador Agripino Maia (RN), a decisão abre espaço para novos embates entre os representantes dos Estados.

Cobrado por aliados a emitir uma opinião, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), preferiu não polemizar e defendeu que o Congresso aguarde a decisão final do plenário do Supremo.

Justiça adia decisão sobre ação contra Ustra

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região adiou a decisão sobre o recebimento de denúncia contra o coronel da reserva Carlos Alberto Ustra e o delegado Dirceu Gravina pelo desaparecimento do sindicalista

Aluízio Palhano, em 1971.

O adiamento ocorreu após pedido de vista do desembargador Cotrim Guimarães, da 2ª Turma do TRF-3. Dois desembargadores já votaram contra o recebimento da denúncia.

Lewandowski entregará voto antes do dia 1º

Revisor do julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal, o ministro Ricardo Lewandowski disse ontem que deve entregar a revisão de seus votos do julgamento na próxima semana, antes do fim do

prazo que vence em 1º de abril.

O reexame dos votos é essencial para a publicação do acórdão, que traz o resultado do julgamento e abre o prazo de cinco dias para que os 25 condenados possam recorrer.

STJ dá nova chance para poupadores do BB terem revisão

DE SÃO PAULO - Clientes do Banco do Brasil que tinham dinheiro na poupança e foram afetados pelo Plano Verão em 1989, mas perderam o prazo para a revisão, têm uma nova chance para conseguir o reajuste.

O Superior Tribunal de Justiça entendeu que uma ação coletiva movida pelo Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), e que teve ganho de causa em 2009, é válida para clientes de todo o país.

Para ter direito aos valores, os poupadores devem ingressar na Justiça com uma ação de execução da sentença até 2014.

Para o BB, que irá recorrer da decisão, o entendimento do STJ está “equivocado”.

FOLHA DE S. PAULO

Supremo vai investigar se Maluf usou caixa dois

20 MAR 2013

Segundo Procuradoria, crime ocorreu em 2010

O Supremo Tribunal Federal (STF) abriu um inquérito para investigar se o deputado Paulo Maluf (PP-SP) cometeu crime de caixa dois nas eleições de 2010.

Ele foi denunciado pelo Ministério Público com base na rejeição das suas contas de campanha pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Segundo a denúncia, a Justiça Eleitoral aponta que existem indícios de que, em 2010, a Eucatex S.A., empresa de familiares de Maluf, pagou despesas não declaradas do deputado no valor de R\$ 168,6 mil.

A decisão foi tomada em fevereiro pelo ministro Luiz Fux.

O advogado Eduardo Nobre disse que vai pedir que o STF suspenda a investigação até que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) examine o caso. Após o TRE paulista ter negado as contas, a prestação foi para o TSE.

A defesa argumenta que, se o TSE absolver Maluf, o inquérito estará prejudicado.

Em um segundo processo, Maluf tem de se manifestar ao STF por ter se recusado a passar por uma revista no aeroporto de Brasília.

Ele é acusado de desobediência da ordem legal de um funcionário público.

Os advogados afirmaram que devem entregar a defesa do deputado nesse caso nos próximos dias.

PAINEL

Eu sozinha Cármen Lúcia foi criticada por colegas do STF por ter concedido liminar aos Estados produtores suspendendo a nova divisão dos royalties. Alegam que decisões monocráticas em ações diretas de inconstitucionalidade só podem ser tomadas no recesso.

Para depois Observadores da corte entendem que a ministra não levará a liminar ao plenário na sessão de hoje.

Novo CEP Joaquim Barbosa busca nova sede para o CNJ. Havia uma proposta de aluguel de imóvel por R\$ 500 mil mensais, mas o presidente do STF quer acomodar o conselho em prédio público.

20 MAR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

EXIGÊNCIA LEGAL

Para STJ, seguro garantia não vale em casos fiscais

Seguro foi incluído no ordenamento jurídico
por meio da alteração no artigo 656 do CPC

Jurisprudência que começa a se consolidar no Superior Tribunal de Justiça pode colocar empresas em desvantagem em relação ao fisco no processo tributário. O tribunal tem indeferido pedidos de apresentação de seguro garantia judicial como caução em Execuções Fiscais — tipo de ação em que se exige o depósito, em juízo, da quantia devida para se começar a discussão sobre cobranças indevidas. Há decisões nesse sentido tanto da 1ª quanto da 2ª Turma, mas contribuintes já pensam em pedir para que a 1ª Seção defina a matéria.

O seguro-garantia é um mecanismo por meio do qual a empresa, ao reclamar contra autuação do fisco, principalmente em tributos federais, contrata uma seguradora para garantir o depósito. Com isso, a companhia não precisa fazer o depósito em dinheiro e evita mexer em seu caixa e no capital de giro.

Mas a tese que tem saído vencedora no STJ é a do fisco. A corte vem decidindo que, por não ser mencionado expressamente no artigo 9º da Lei de Execuções Fiscais — a Lei 6.830/1980 —, que lista as formas de garantia da execução, o seguro-garantia não pode ser oferecido como caução.

Nesses casos, o STJ vem definindo que a Lei 11.382/2006, que alterou alguns artigos do Código de Processo Civil e introduziu o seguro-garantia como alternativa, não pode ser aplicada a processos de execução fiscal. O seguro foi incluído no ordenamento jurídico por meio da alteração no artigo 656 do CPC. O parágrafo segundo do artigo, depois da edição da lei, passou a dizer que “a penhora pode ser substituída por fiança bancária ou seguro garantia judicial, em valor não inferior ao do débito constante da inicial, mais 30%”.

O seguro garantia é uma alternativa também à fiança bancária, que está prevista no inciso II do artigo 9º da Lei de Execuções Fiscais. As empresas têm preferido procurar as seguradoras porque os juros costumam ser mais baixos que os bancários.

Mas se a resistência da Justiça em admitir a fiança bancária é grande, o seguro garantia é ainda mais rejeitado. Um dos argumentos é que os contratos de fiança bancária têm renovação automática, enquanto os de seguro garantia precisam ser renovados pelas partes periodicamente.

A decisão mais recente nesse sentido foi tomada pela 2ª Turma do STJ no Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial 266.570. Nele, o relator, ministro Herman Benjamin, anotou que é “inadmissível a utilização do seguro garantia judicial como caução à Execução Fiscal, por ausência de norma legal disciplinadora do instituto, não estando esta modalidade entre as previstas no artigo 9º da Lei 6.830/1980”.

20 MAR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Voto vencido de Fux é usado para tentar tirar Feliciano

Os deputados federais que ingressaram com Mandado de Segurança no Supremo contra a permanência de Marco Feliciano (PSC-SP) na presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara afirmam que a natureza jurídica do caso é semelhante à dos vetos presidenciais. Eles pedem a concessão de liminar para que Feliciano seja afastado da Comissão. Alvo de protestos por declarações consideradas racistas e homofóbicas, Feliciano responde a ação penal no Supremo por estelionato e a inquérito sob a acusação de discriminação.

Em documento enviado ao relator, ministro Luiz Fux, os parlamentares dizem haver "uma total identidade" entre o posicionamento teórico fixado na decisão relativa aos vetos presidenciais e a contestação a Feliciano. Em dezembro do ano passado, Fux concedeu liminar na qual determinava que os vetos presidenciais fossem votados em ordem cronológica. A decisão foi cassada pelo Plenário do Supremo neste ano.

"Se a análise dos vetos presidenciais não pode tramitar por uma avaliação 'aleatória ou voluntarista', imaginemos as regras de competência estabelecidas de acordo com o comando constitucional," diz o documento, elaborado pelo escritório Cezar Britto Advogados. Na semana passada, Fux questionou a judicialização de questões parlamentares.

Segundo os parlamentares, a sessão em que ocorreu a votação de Feliciano foi convocada de forma ilegal pelo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). A sessão foi restrita ao público, o que, para os deputados, contraria o Regimento Interno da Câmara. Segundo eles, apenas os membros da Comissão poderiam determinar a restrição, e não o presidente da Câmara.

20 MAR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Paranaguá é condenado por aterrar área de Marinha

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmou a condenação do município de Paranaguá (PR) por dano ambiental decorrente de aterro irregular feito na Ponta da Saracura, na Ilha dos Valadares. A decisão da 3ª Turma foi proferida em julgamento do dia 13 de março.

A Prefeitura tem prazo de 90 dias, a contar do trânsito em julgado da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal, para apresentar projeto de recuperação da área degradada, além de ter que pagar multa pelos danos irrecuperáveis causados ao meio ambiente, bem como impedir novas construções no local.

O tribunal manteve a sentença em relação à permanência das 70 famílias residentes no local. Segundo a relatora do processo, desembargadora federal Maria Lúcia Luz Leiria, a demolição das moradias afrontaria os princípios da ampla defesa, do contraditório e da dignidade humana, visto que os moradores não foram chamados como partes na ação.

A área em que houve o dano é terreno de Marinha, de propriedade da União. O aterro foi instalado em junho de 1998, quando a Prefeitura fez dragagens no rio Itiberê. Foram cobertos cerca de 400 metros quadrados com vegetação de manguezal, considerada de preservação permanente.

20 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

JUSTIÇA

Barbosa vê conluio de advogados e juízes

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Joaquim Barbosa, afirmou ontem que existe um conluio entre juízes e advogados. Durante julgamento no qual o CNJ determinou a aposentadoria compulsória de um magistrado do Piauí acusado de beneficiar advogados, Barbosa disse que muitos juízes devem ser colocados para fora da carreira.

“Há muitos (juízes) para colocar para fora. Esse conluio entre juízes e advogados é o que há de mais pernicioso. Nós sabemos que há decisões graciosas, condescendentes, absolutamente fora das regras”, criticou Joaquim Barbosa.

O presidente do CNJ deu a declaração ao debater de forma amistosa sobre o caso do Piauí com o relator do processo, Tourinho Neto, que ficou vencido no julgamento. Tourinho Neto comentou: “Tem juiz que viaja para o exterior para festa de casamento de advogado e não acontece nada.”

Em sua última sessão como conselheiro do CNJ, Tourinho Neto foi o único a votar contra a aposentadoria compulsória do juiz de Picos (PI) João Borges de Sousa Filho. Tourinho Neto afirmou que tem amizade com advogados, mas que isso nunca influenciou suas decisões. Ele contou que foi juiz no interior da Bahia e que “tomava uísque na casa de um, tomava cerveja na casa de outro”.

O conselheiro disse que existe juiz que instala câmera no gabinete para se precaver e posteriormente não ser acusado de beneficiar determinada parte de um processo. “Isso é terrível. Na próxima Loman (Lei Orgânica da Magistratura) vai estar que juiz não pode estar com advogado e nem com Ministério Público”, opinou.

Pouco depois, Tourinho comentou sobre a possibilidade de clientes escolherem advogados que são próximos a juízes. “O advogado é amigo do juiz, a parte contratada achando que vai receber benesse”, disse. “E às vezes recebe um tratamentozinho privilegiado”, rebateu Barbosa. Tourinho reagiu e afirmou: “Mas Vossa Excelência é duro como diabo.”

Nos debates, Tourinho chegou a comentar a possibilidade de Joaquim Barbosa se candidatar à Presidência da República no próximo ano. “O juiz, na maioria dos casos, é um acovardado. Vossa Excelência foi endeusado. Quem sabe não será o próximo presidente da República?”, brincou.

JORNAL DO ESTADO

Aposentadoria de Regina Pessuti é revogada

20 MAR 2013

A Mesa Executiva da Assembleia Legislativa revogou ato baixado em 30 de janeiro que concedia aposentadoria à ex-primeira-dama Regina Pessuti, mulher do ex-governador Orlando Pessuti (PMDB). O benefício era de R\$ 10,2 mil mensais. O presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni (PSDB), alegou que o processo não passou “por todos os trâmites legais” necessários, e que a cúpula da Casa decidiu reavaliá-lo para evitar eventuais futuras contestações.

“Alguém identificou algum problema. Não sei se não passou pelo Tribunal de Contas ou pela Procuradoria. Agora vai tramitar nessa instância para depois ser promulgado”, justificou Rossoni.

Regina Pessuti era funcionária da Assembleia desde 1983, ocupando um cargo comissionado como consultora jurídica. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, servidores comissionados foram efetivados, sem a necessidade de realização de concurso público.

Em 2011, ela foi colocada à disposição, depois de ser incluída na lista de servidores sem função. Em 2012, permaneceu afastada em licença média. O ato de concessão da aposentadoria apontou que ela teria trinta e dois anos de contribuição.

Na semana passada, a direção da Assembleia criou uma comissão para revisar as aposentadorias concedidas pela Casa. Rossoni garante que o caso da ex-primeira-dama não está nessa lista.

Segundo ele, a intenção da comissão é analisar os reenquadramentos funcionais promovidos em 2005. O problema mais comum, de acordo com o atual presidente da Assembleia, são os casos de servidores que ingressaram na Casa em determinado cargo, e que depois foram promovidos de função sem a realização de concurso público. A atual direção da Assembleia questiona esse reenquadramento através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ainda não julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

BENEFÍCIO

R\$ 10,2
MIL

era a aposentadoria da ex-primeira-dama Regina Pessuti, revogada pela Assembleia

20 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

STF reacende debate sobre royalties

A decisão da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), de suspender a nova divisão das receitas do petróleo - royalties e participação especial - reacendeu o debate na Câmara a respeito da interferência do Judiciário sobre o Legislativo e levantou novamente a indisposição entre os dois Poderes. O líder do PT na Câmara, José Guimarães (CE), defendeu, durante reunião dos líderes da base na manhã de ontem, um posicionamento público do Congresso a respeito de o Supremo anular, mesmo que provisoriamente, o resultado de uma posição majoritária do Legislativo.

Na oposição, o líder do DEM na Câmara, Ronaldo Caiado (GO), anunciou que, caso o plenário do Supremo não mude a posição de caráter provisório da ministra Cármen Lúcia, apresentará uma proposta de emenda constitucional para garantir a mudança na distribuição dos royalties de maneira mais equilibrada entre todos os Estados. "O que pretendemos é que uma emenda constitucional redefina a interpretação sobre os royalties para que não paire dúvidas", disse Caiado.

O líder do DEM afirmou, no entanto, que o primeiro passo é esperar que a decisão da ministra seja reformulada pelos

demais ministros do Supremo. "Não vamos suprimir etapas. Se não houver a reformulação da decisão, temos de conciliar a decisão política (do Congresso) à Constituição com uma emenda para redefinir o que sejam os royalties e a maneira de redistribuição", disse Caiado.

Independentemente de partidos governistas e de oposição, a questão dos royalties mobiliza as bancadas dos 26 Estados e do Distrito Federal. De um lado, os Estados considerados produtores e beneficiados com a situação atual, Rio de Janeiro e Espírito Santo, apoiados por São Paulo, e, por outro lado, os demais Estados.

MC DONALD'S

Justiça condena franquias brasileira

Arcos Dourados, maior franquias do McDonald's no Brasil, terá que regularizar a jornada de trabalho de todos os seus funcionários no país. A empresa tem 600 lojas e emprega cerca de 42 mil pessoas. A decisão é da juíza Virgínia Lúcia de Sá Bahia, da 11ª Vara do Trabalho do Recife, que atendeu pedido do Ministério Público do Trabalho em Pernambuco na ação civil pública contra a empresa. Nessa ação, o MPT pede também R\$ 50 milhões por

dano moral coletivo.

Na mesma decisão, a juíza obriga que a empresa se abstenha de proibir que os funcionários levem sua própria alimentação para consumir no refeitório, sob pena de pagamento de multa mensal de R\$ 3 mil por trabalhador prejudicado. Os trabalhadores eram obrigados a consumir apenas os lanches do McDonald's no horário das refeições.

A ação do MPT foi movida pelo procurador do Trabalho Leonardo Osório Mendon-

ça em julho do ano passado. Em agosto, a Justiça de Trabalho concedeu liminar proibindo a jornada móvel variável só em Pernambuco, o que agora foi estendido a todo o país. De lá para cá, várias reuniões de negociação foram feitas com a empresa em Brasília para que se ajustem as irregularidades em todo o país. Mas a empresa tem relutado em pagar a indenização por dano moral coletivo e tem discordado do valor das multas individuais por descumprimento futuro.

20 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Belinati na AL?

O diretor financeiro da Sanepar, Antonio Carlos Belinati (PP), pode assumir uma vaga na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, cargo que já ocupou entre 1999 e 2002. O filho do ex-prefeito de Londrina Antonio Belinati estaria contando com a nomeação de Plauto Miró (DEM) para a cadeira de conselheiro do Tribunal de Contas (TC) do Estado. "Está tudo no campo das ideias", disse o primo de Antonio Carlos, o vereador Marcos Belinati (PP), após o colega de partido Jamil Janeane ter feito o "anúncio" na sessão ontem da Câmara de Vereadores de Londrina.

Cenário incerto

Mas o cenário ainda é incerto para Antonio Carlos. Outro parlamentar que deseja a vaga no TC, Fábio Camargo (PTB) está com a campanha na rua, movendo mundos e fundos para viabilizar sua candidatura. O conselheiro Hermas Brandão irá se aposentar esse ano e a indicação para sua cadeira será feita pela AL, em votação secreta, ainda nesse semestre. Antes da eleição de Clayton Camargo para a presidência do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, era certa a candidatura única do deputado estadual Plauto Miró (DEM) para a vaga. Filho de Clayton, Fábio Camargo tem passado as sessões plenárias em campanha, falando um por um com os políticos da AL.

20 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Ex-prefeito de Foz é alvo de ação por contratos com Ciap

O Ministério Público (MP) do Paraná entrou na Justiça contra o ex-prefeito de Foz do Iguaçu, (Oeste) Paulo Mac Donald Ghisi (PDT) por supostas irregularidades nos contratos firmados pelo município com o Centro Integrado de Apoio Profissional (Ciap), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) de Londrina. Segundo a ação civil pública de improbidade administrativa, os termos de parceria firmados em 2005 e 2006 teriam dado um prejuízo de R\$ 4.812.142,88 - mais de R\$ 7 milhões, se corrigidos - aos cofres públicos.

São acionados ainda, três ex-secretários municipais, sendo que um deles, Dilto Vitorassei (PV), atualmente é vereador em Foz. A entidade londrinense e seu presidente, Dinocarme Aparecido Lima, também são responsabilizados. O MP pediu liminar para bloqueio de bens dos acusados.

Do valor pago ao Ciap por serviços prestados nas áreas de educação e saúde, o promotor de Justiça Marcos Cristiano Andrade, autor da ação, ressalta que parte, R\$ 941.661,05, foi desviada em favor do Ciap, resultando em suposto enriquecimento ilícito.

Pelos documentos anexados à ação, a Prefeitura de Foz do Iguaçu firmou cinco termos de parceria

MP calcula prejuízo millionário aos cofres

com o Ciap em desacordo com a legislação. "Não constam nem processos de dispensa de licitação, referentes à contratação da Oscip, nem prévia e indispensável consulta ao Conselho de Políticas Públicas", escreveu o promotor. Num dos casos, a prefeitura reajustou em mais de 60% o valor a ser pago ao Ciap antes mesmo da finalização do convênio, extrapolando o limite legal de 25%, segundo o MP.

O ex-prefeito, que exerceu dois mandatos (2005-2008 e 2009-2012), justificou a contratação da Oscip londrinense, embora tenha negado desvios de verbas públicas. "A minha culpa foi ter evitado que crianças ficassem sem creches, postos de saúde fechados, escolas sujas." Mac afirmou que "quando assumi a cidade estava um caos e eu tive que dar um jeito". Segundo ele, o Ciap apresentou a melhor proposta para o município.

O pedetista ainda não havia sido intimado da ação e disse que não houve pagamento irregular. "Essa ação vem depois de oito anos e eu não me lembro de detalhes, mas não houve desvio." A reportagem não conseguiu falar com os demais citados na ação.

O Ciap também manteve por seis anos (2004-2010) parcerias com a Prefeitura de Londrina, para prestação de serviços na área da saúde. Com a deflagração da Operação Parceria, pela Polícia Federal, o contrato foi rompido. Foi revelado que o convênio teria resultado em desvio de R\$ 10 milhões na cidade. Dinocarme e outros dirigentes da Oscip chegaram a ser condenados na primeira instância da Justiça Federal Criminal por crimes de quadrilha, peculato e lavagem de dinheiro.

20 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

TRE confirma cassação de prefeito de Rolândia

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná concluiu ontem o julgamento do prefeito de Rolândia (Região Metropolitana de Londrina), Johnny Lehmann (PTB), e confirmou a cassação do mandato. O acórdão a ser publicado nos próximos dias deve determinar o afastamento imediato dele e do vice-prefeito, José Danilson de Oliveira (PSB), caso a defesa não consiga alguma medida cautelar para manter os políticos no cargo durante a fase de recursos.

O advogado de defesa, Guilherme Gonçalves, disse à FOLHA que vai aguardar a publicação para definir que medidas irá tomar. "Pode ser um embargo de declaração ao próprio tribunal ou recurso ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral)." Acusado pela coligação encabeçada por Eurides Moura (PSDB) de ter extrapolado os gastos com publicidade em período eleitoral, Lehmann foi condenado pelo juiz da 59ª Zona Eleitoral, Alberto José Ludovico, pela prática de conduta vedada a agentes públicos e abuso de poder econômico durante a campanha.

Ainda, segundo a denúncia feita à Justiça Eleitoral, o prefeito teria se utilizado de um jornal da região, contratado com verbas públicas, para divulgação de reportagens

em seu favor, "desequilibrando a disputa eleitoral". Gonçalves rebate. "Rolândia não tem apenas um jornal, havia outros jornais que também tinham posições contrárias à administração."

O advogado também argumentou que o tribunal paranaense teria dado uma interpretação diferente do que já estaria pacificado pelo TSE no que diz respeito aos gastos com publicidade em ano eleitoral. "Respeito a decisão do TRE, mas é uma tese que pode ser discutida." Ele disse que Lehmann não gastou mais do que poderia no ano passado. Se o prefeito tiver que deixar o cargo, assumirá a prefeitura a presidente da Câmara de Vereadores de Rolândia, Sabine Giesen (PMDB), até que novas eleições sejam marcadas. Ela foi vice-prefeita na última gestão.

20 MAR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Enriquecimento ilícito

O Ministério Público do Paraná propôs uma ação civil pública de responsabilidade, por ato de improbidade administrativa, contra o ex-prefeito de Foz do Iguaçu, Paulo Mac Donald Ghisi. Outras quatro pessoas foram acionadas na mesma ação por enriquecimento ilícito. Entre 2005 e 2006, foram contratadas irregularmente 1.251 pessoas, aponta a promotoria.

Eleição do TJ

Os deputados aprovaram ontem, em segunda discussão, a Proposta de Emenda à Constituição do Estado (PEC), de autoria dos deputados Valdir Rossoni (PSDB) e Plauto Miró (DEM), e do ex-deputado Reni Pereira (PSB), que modifica o sistema de eleição da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça do Estado. Essa PEC, que pretende garantir uma eleição mais democrática no TJ, assegurando a todos os desembargadores a possibilidade de participar do processo de escolha dos dirigentes da Corte.

20 MAR 2013
JORNAL DO ÔNIBUS

Agentes penitenciários terão escolta para trabalhar

Dois carcereiros foram assassinados nos últimos dias em Curitiba

O governo do Paraná decidiu ontem oferecer escolta aos agentes penitenciários em todo o estado. A medida foi tomada após o segundo caso de homicídio contra carcereiros em Curitiba. No fim da tarde de segunda-feira (18) um servidor foi morto quando acabava de chegar em casa, no Bairro Alto. Cinco dias antes, outro agente morreu em um crime semelhante.

A Polícia Civil ainda não descarta que as mortes possam ter relação. “Nada está descartado. No processo investigatório, não se descarta nenhuma

possibilidade. Todas são investigadas, todas são analisadas e o que sobrar é a verdade”, diz o delegado Hamilton da Paz, que investiga o crime.

Na manhã de ontem, os agentes que trabalham no Complexo Penal de Piraquara fizeram um protesto para pedir melhores condições de traba-

lho e de segurança. A paralisação, que durou todo o dia, acabou adiando um mutirão da Justiça que estava previsto para ocorrer durante esta semana.

Divulgação



Os agentes penitenciários realizaram protesto no presídio de Piraquara

20 MAR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

MPF pede execução de sentença do ex-juiz Nicolau

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma reclamação no Superior Tribunal de Justiça (STJ) cobrando a execução imediata de uma sentença criminal contra o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, o Lalau. Ele responde a várias ações criminais por ter participado do esquema que desviou mais de R\$ 170 milhões da

construção do foro trabalhista de São Paulo.

Prisão domiciliar

Lalau, que tem 84 anos atualmente, cumpre prisão preventiva domiciliar desde 2007. Entre os crimes apurados em várias ações na Justiça, estão desvio de verbas, estelionato, corrupção,

lavagem de dinheiro, evasão de divisas e omissão de informações.

Já há sentença definitiva em um desses processos, restando apenas a emissão da certidão do trânsito em julgado para a execução da sentença. É exatamente para cobrar essa execução que o MPF acionou o STJ.

Lei dos Royalties irá para plenário do STF em abril

Relatora das quatro ações de inconstitucionalidade contra a nova Lei dos Royalties do Petróleo, a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), confirmou ontem que só levará os processos para análise do plenário em abril, depois do feriado da Semana Santa. Segundo a ministra, não será possível colocar os processos na pauta desta semana porque a decisão de ontem ainda não foi publicada. Além disso, ela julgou apenas uma das quatro ações e precisa analisar

os outros pedidos.

Assim como o Rio de Janeiro, também há questionamentos do Espírito Santo, de São Paulo e da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

"São quatro ações, tenho que levar todas juntas. Só uma tem 150 laudas só de petição inicial", disse a ministra ao chegar ao STF nesta terça-feira. "Estou trabalhando nelas, vou trabalhar na semana que vem e liberar logo. Pretendo terminar a Páscoa com isso pronto e liberado para os ministros, é muito material", completou.

Jornada

Decisão da Justiça do Trabalho determina que a empresa Arcos Dourados, maior franquia da rede de fast-food McDonald's no Brasil, terá que regularizar a jornada de trabalho de todos os 42 mil funcionários no país. Além disso, a empresa não poderá proibir seus funcionários de levar comida própria para o almoço. Os trabalhadores eram obrigados a consumir apenas os lanches do McDonald's no horário das refeições. Na ação, o Ministério Público do Trabalho pede também R\$ 50 milhões por dano moral coletivo.

Tribuna já denunciou lista negra de agentes penitenciários marcados pelo PCC pra morrer. Mais um é executado. Ambos foram seguidos pelo mesmo carro, um Fox prata

Agentes em pânico

A pesar da polícia não confirmar a existência de uma lista de agentes penitenciários marcados pelo PCC (Primeiro Comando da Capital) para morrer, o assassinato do agente Vilmar Antônio Prestes da Silva, 47 anos, na garagem de casa, no início da noite de ontem, só aumenta o terror entre os funcionários do sistema prisional do Paraná. Ele é o terceiro agente morto a tiros em Curitiba neste ano, além de outros dois que foram baleados, mas sobreviveram. Além destas mortes fora de presídios, outras quatro, envolvendo presos de penitenciárias, estão sendo investigadas e estariam relacionadas à lista da facção.

Vilmar entrava na residência, na esquina das ruas Francisco das Chagas Lopes e Delegado Miguel Zacarias, no Boa Vista, por volta das 5h20, junto com um dos filhos, quando um Space Fox prata, placa ASC-7552, que já estava seguindo o agente desde que havia deixado um mercado, estacionou em frente.

Os dois assassinos desceram e um terceiro indivíduo ficou no carro. Um Gol branco estava atrás, dando cobertura. Vilmar foi alcançado antes de conseguir fechar o portão de metal da garagem e teria levantado as mãos se rendendo. Mesmo assim, foi alvejado diversas vezes com tiros de pistola calibre 40 e nove milímetros. O filho dele conseguiu correr e entrar em casa por outro portão, saindo ileso. Rapidamente os bandidos fugiram e mesmo com várias

viaturas da Polícia Militar patrulhando o bairro, ninguém foi detido.

Segundo amigos da família, Vilmar trabalhava como agente penitenciário há pelo menos 20 anos. Entretanto, nos últimos dias, foi ameaçado de morte e teria começado a ficar preocupado com a própria segurança. "Ele era uma pessoa tranquila e um bom pai. Só pode ter sido morto por causa da profissão", disse uma mulher ligada à família, que preferiu se manter anônima. O agente era casado e tinha quatro filhos, três dos quais moravam com ele. Ele estava trabalhando na PEP II (Penitenciária Estadual de Piraquara), onde há presença de presos ligados ao PCC, como foi denunciado pela **Tribuna** na última sexta-feira.

Para o delegado Rubens Recalcatti, da Delegacia de Homicídios, o crime pode estar ligado ao trabalho de Vilmar. "Ainda é cedo para fazer qualquer afirmação, porém existe essa possibilidade", disse o delegado. Ele negou a existência da "lista negra".

No local do crime, além da presença de praxe - porém em número fora do normal - de viaturas da PM, da DH e do Cope (Centro de Operações Policiais Especiais), também havia carros das secretarias de Estado de Segurança Pública e de Justiça, além de um veículo descaracterizado, usado somente pelo alto escalão do governo, o que só faz aumentar a suspeita de ataques comandados pelo PCC.

20 MAR 2013

METRO

PEC Alep muda eleições em Tribunal

Os deputados estaduais aprovaram ontem, na Assembleia Legislativa, uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição do Estado) que muda as eleições da cúpula diretiva do TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná). Foram 49 votos favoráveis e nenhum contra.

A principal mudança é de que, agora, os 120 desembargadores do TJ passarão a participar do pleito, que atualmente é reduzido aos 25 desembargadores que compõem o órgão especial. Uma carta assinada por 95 desembargadores foi enviada à Assembleia, apoiando a proposta.

A PEC agora passará pela redação final, para ser colocada em prática.

Corte

Regina Pessuti

A Assembleia Legislativa cancelou, ontem, a aposentadoria da ex-primeira dama do Estado, Regina Pessuti. Segundo o presidente da Alep, Valdir Rossoni (PSDB) o processo em que Regina fez o seu pedido não foi aprovado em umas das comissões de análise internas. Ela recebia cerca de R\$ 10 mil, por ter sido ex-assessora jurídica na Alep.

MP-PR

Ex-prefeito é acusado

O Ministério Público do Paraná propôs, segunda-feira, uma ação civil contra o ex-prefeito de Foz do Iguaçu Paulo Mac Donald e outras quatro pessoas por enriquecimento ilícito.